



LIÇÃO 02

Relação entre lei e graça: o que ela não é

Já no tempo da Igreja do Novo Testamento surgiram duas atitudes extremas e errôneas a respeito da relação entre a lei e a graça: o legalismo e o antinomismo. Os apóstolos denunciaram e lutaram contra ambas, e considerando que tais atitudes pontuaram toda a história da Igreja e se fazem presentes ainda hoje no meio evangélico, convém entendê-las, para delas nos afastarmos.

“O Novo Testamento considera a obediência cristã como a prática de ‘boas obras’. (...) Uma boa obra é aquela feita segundo o padrão correto, isto é, segundo a vontade revelada de Deus; com base na motivação correta, ou seja, no amor a Deus e aos outros; e com um propósito correto, isto é, a glória de Deus. O legalismo é uma distorção da obediência que nunca pode produzir boas obras nesse sentido. O legalismo distorce a motivação e o propósito, vendo as boas obras como meio de se obter o favor de Deus”. Por sua vez, “o antinomismo, que significa ser ‘antilei’, é um nome aplicável a diversas opiniões que têm negado que a lei de Deus na Escritura deve controlar diretamente a vida do cristão”[1].

Apesar de serem extremos opostos, existe um elo de ligação entre o legalismo e o antinomismo, pois “ambos procedem da falsa suposição de que o único propósito da observância da lei é obter justiça diante de Deus. Assim sendo, o legalista ocupa-se em estabelecer sua própria justiça, ao passo que o antinomiano, regozijando-se no dom gratuito da justificação pela fé, não vê razão alguma para guardar a lei. (...) Ambos os erros, porém, são respondidos assim que percebemos que a lei moral expressa a vontade de Deus para o homem em sua condição de homem. Jamais teve a finalidade de servir como um método de salvação (e, de qualquer forma, é inútil para esse propósito). A lei foi dada para guiar os homens na vida de piedade. E a graça, ao mesmo tempo que condena a justiça própria, estabelece a lei como regra de conduta”.

Em Tt 2.11-14 está escrito: “Porquanto a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os homens, educando-nos para que, renegadas a impiedade e as paixões mundanas, vivamos, no presente século, sensata, justa e piedosamente, aguardando a bendita esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus, o qual a si mesmo se deu por nós, a fim de remir-nos de toda iniquidade e purificar, para si mesmo, um povo exclusivamente seu, zeloso de boas obras”.

Somos chamados pela graça, salvos pela graça, preservados na graça pela graça, mas a Bíblia deixa claro que o teste para ter a certeza de tudo isso é a obediência. A obediência (obras) não salva, mas a salvação se prova pela obediência (cf. I Jo 2.3-6).

Aquele que não obedece, ou seja, que não cumpre a lei moral (obviamente que de modo imperfeito, mas crescendo em perfeição ao longo da vida), simplesmente não pode dizer que é salvo. Somos salvos pela graça, para as boas obras as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas (Ef 2.10).

Isso diz respeito ao Senhorio de Cristo: Ele é Salvador e Senhor dos que Ele salva. Muitos querem somente o Cristo Salvador, mas não o Senhor (esse parece ser o caso dos antinomianos); outros acham que têm méritos em si mesmos para obter a salvação – tentam salvar a si mesmos - e veem a Cristo somente como Senhor (o caso dos legalistas).

“A doutrina paulina da graça gratuita e soberana tanto humilha a soberba dos legalistas, que são justos aos seus próprios olhos, como condena a lassidão preguiçosa e irresponsável dos antinomianos. Entendido corretamente, esse ensino gera uma jubilosa segurança e uma incansável energia no serviço de nosso Salvador”.

Conclusão e implicações práticas:

- ✓ Enquanto a regeneração é monergística, a santificação é sinérgica, ou seja, “é um processo cooperativo em progressão, no qual as pessoas regeneradas, vivas para Deus e libertas do domínio do pecado (Rm 6.11, 14-18) são solicitadas a manifestar sólida obediência. O método de Deus para a santificação não é nem ativismo (atividade autoconfiante) nem apatia (passividade confiante em Deus), mas sim esforço dependente de Deus (II Co 7.1; Fp 3.10-14; Hb 12.14)”;
- ✓ Fazer boas obras, na Bíblia, não significa, como muitos hoje pensam, simplesmente fazer obras de cunho social, filantrópico (embora certamente os trabalhos sociais e a filantropia também estejam compreendidas dentro do termo “boas obras”). Boas obras significam o cumprimento da justiça, a obediência à lei divina. Neste sentido, um salvo que busca a santificação e manifesta o fruto do Espírito faz boas obras diante de Deus, enquanto que um ímpio que constrói hospitais ou trabalha como voluntário numa ONG, por exemplo, embora faça “boas obras” do ponto de vista social, pode simplesmente não fazer nada que agrade a Deus (embora seja usado, como todos os pecadores o são, para cumprir Seus propósitos...).

[1] Esta e todas as demais citações diretas nesta lição são de J. I. Packer, extraídas de *Vocabulos de Deus* e de *Teologia Concisa*, salvo quando outra referência for indicada.